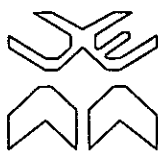


2/ 301.7 (1999) EXT-R-39



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL  
Curso de Engenharia Agronómica com Orientação em Extensão Rural

EXT-R-39

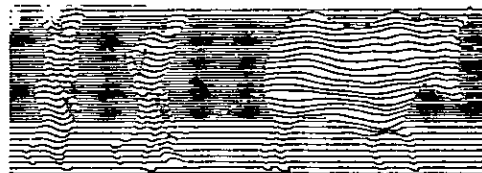
Trabalho de Licenciatura

18911

# PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROJECTO CCGRN DA HELVETAS EM MATUTUINE

Supervisor  
Bart Pijnenburg  
Secção de Economia Agrária e Extensão

Teodósio Bento Nunes Jeremias  
Maputo, Julho 1999



## DEDICATÓRIA

O autor faz o presente trabalho em memória dos dez anos do desaparecimento físico do seu pai Nunes Jeremias, dedicando o trabalho à:

- Sua mãe Júlia Lucas que lhe trouxe neste mundo,
- - Aos seus irmãos, primos e cunhados pelo apoio moral e material que lhe deram durante a vida académica

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece:

- Ao seu supervisor Bart Pijnenburg, pela paciência, tempo e vontade que teve na rectificação e coordenação do presente trabalho,
- Ao projecto CCGRN e ao seu pessoal pela colaboração e oportunidade que deram para analisar o projecto,
- Aos seus colegas (Massingarela, Licinia, Pedro, Limbau, Luís, Artur e Zano) e amigos pela ajuda que deram durante o curso,
- A outros que directa ou indirectamente ajudaram para a realização deste trabalho.
- Em especial à sua namorada pelo tempo que lhe concebeu e pela colaboração na realização do presente trabalho.

## ÍNDICE

Capítulo	Conteúdo	Pag.
	RESUMO	1
1	INTRODUÇÃO	2
1.1	OBJECTIVOS DO TRABALHO	3
1.2	ESTRUTURA DA TESE	3
2	QUADRO TEÓRICO	4
2.1	PARTICIPAÇÃO	4
2.1.1	MODOS E NIVEIS DE PARTICIPAÇÃO	5
2.1.2	PRINCIPAIS GRUPOS NAS INTERVENÇÕES DOS PROJECTOD PARTICIPATIVOS	7
2.2	DIAGNOSTICO RURAL PARTICIPATIVO	8
2.2.1	PRINCÍPIOS DO DRP	9
2.2.1	BENEFÍCIOS DO PRA	9
2.2.3	PRECAUÇÕES DO PRA	10
3	METODOLOGIA	11
3.1	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	11
3.2	OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS	11
3.3	MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS	12
4	DESCRIÇÃO DA ÁREA DO PROJECTO	14
5	DESCRIÇÃO DO PROJECTO	15
5.1	OBJECTIVOS DO PROJECTO	16
5.2	ABORDAGEM DO PROJECTO	16
5.3	PRINCIPAIS ACTIVIDADES DO PROJECTO	16
6	ASPECTOS ENCONTRADOS NO TERRENO	17
6.1	CASO ZITUNDO	17
6.2	CASO TSOLOMBANE	22
6.3	CASO MUVUCUSA	33
6.4	CASO PUZA	41
7	DISCUSSÃO E ANÁLISE	44

7.1	TIPO E NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO	44
7.2	BENEFÍCIOS DO USO DA ABORDAGEM PARTICIPATIVA	46
7.3	PROBLEMAS ENCONTRADOS	48
7.3.1	SOBRE OS PRINCÍPIOS CONCEBIDOS	48
7.3.2	SOBRE AS PRECAUÇÕES PRINCIPAIS DO DRP	51
7.3.3	OUTROS PROBLEMAS ENCONTRADOS	52
8	CONCLUSÕES	55
9	RECOMENDAÇÕES	57
9.1	RECOMENDAÇÕES PARA O PROJECTO	57
9.2	RECOMENDAÇÕES PARA AUTORES E PRATICANTES DO DRP	57

## RESUMO

Desde o tempo colonial, incluindo o período pós independência até à fase de emergência, a maior parte dos projectos desenvolvidos era feita num sistema de cima para baixo, sem respeitar as prioridades das comunidades. Hoje urge a necessidade de se envolver a população no desenho, e na implementação dos projectos comunitários, para torná-los mais sustentáveis.

Por existirem poucas experiências sobre a participação em Moçambique, o presente trabalho faz um estudo da participação comunitária no projecto CCGRN implementado pela Helvetas com o intuito de tirar lições sobre a participação e poder contribuir para o seu melhoramento.

O trabalho foi realizado na base de dados secundários e primários, tendo sido feitas entrevistas em quatro comunidades, nomeadamente Zitundo, Muvucusa, Tsolombane e Puza.

Com este trabalho que levou cerca de um ano, foi possível chegar às seguintes conclusões: Não é fácil enquadrar o projecto num nível ou tipo de participação; a população só se sente a participar quando recebe bens materiais; a população está habituada a projectos de cima para baixo; intervenções anteriores sem benefícios dificultam o trabalho das próximas intervenções; a implementação do projecto não só depende do projecto, mas do relacionamento dos membros da comunidade, das prioridades, e do relacionamento do projecto, estruturas administrativas e da comunidade.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos na África sub-sahariana tem se verificado um crescente número de projectos de desenvolvimento rural baseados nas comunidades, com o intuito de melhorar o nível de vida das comunidades.

As análises feitas sobre projectos de desenvolvimento rural têm focalizado mais a importância de desenvolvimento de projectos participativos (Chambers, 1997; Pijnenburg, 1998; Pretty 1995).

Em Moçambique, com o fim da guerra e depois da fase de emergência, viu-se a necessidade de elaborar projectos de desenvolvimento rural mais participativos. Este tipo de intervenção devia garantir o desenvolvimento das capacidades dos membros das comunidades para poderem analisar, definir prioridades e participar no processo de implementação do projecto, de tal forma que estes possam continuar normalmente com as suas actividades quando o suporte do projecto cessa.

Em Moçambique há poucas experiências de abordagens participativas. O projecto de Capacitação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais (CCGRN) implementado pela Helvetas é um dos exemplos de projectos participativos. Este projecto está operando no distrito de Matutuine, tendo o diagnostico rural participativo (PRA) como um dos métodos de intervenção. Este projecto está integrado no projecto de Áreas de Conservação Transfronteiras (ACTF), com o objectivo de ajudar a salvaguardar os interesses das comunidades.

Experiências de outros países indicam que o mau uso ou má interpretação das abordagens participativas têm resultado em certas limitações na sua implementação. Em Moçambique, ainda não foram feitos muitos estudos sobre

as limitações da participação, por isso, torna-se importante fazer-se um estudo dos modos de intervenção dos projectos participativos, para poder tirar lições que ajudarão na melhoria das futuras intervenções participativas.

### **1.1 OBJECTIVOS DO TRABALHO**

Os principais objectivos do presente trabalho são:

- Analisar o tipo e nível de participação na intervenção e a implementação do projecto CCGRN.
- Analisar as interacções entre os intervenientes.
- Identificar e analisar as principais limitações do projecto referentes à participação comunitária.

### **1.2 ESTRUTURA DA TESE**

O trabalho tem a seguinte estrutura.

Na introdução são apresentados os motivos que levaram a realização deste trabalho. No quadro teórico (Cap.2) se apresenta as teorias usadas para as análises. Na metodologia do trabalho ( Cap.3) se apresenta o método da recolha de dados, operacionalização dos objectivos, e o método de análise. Na descrição da área de estudo e descrição do projecto, dá-se uma apresentação do panorama do projecto e da zona. No Cap.6 são apresentados os resultados obtidos no campo nos quais cada comunidade é tomada como um caso de estudo. A análise e discussão dos resultados é feita na base dos resultados do campo e de dados secundários no Cap.7. As conclusões obtidas do trabalho são feitas na base dos resultados e da discussão dos resultados, estas tentam responder as questões de estudo. As recomendações do trabalho são elaboradas na base das discussões e conclusões. Por fim são apresentados os anexos e a bibliografia.



participar na tomada de decisão sobre os objectivos e as actividades, ou ainda, dar uma contribuição em valores monetários, bens materiais ou em mão de obra( Nhantumbo & Pijnenburg, 1998).

Há vários sentidos e diferentes modos de aplicação do conceito, por isso, diversos autores interpretam e classificam a participação de diferentes maneiras, desde o modo de intervenção, tipo de actividades, definição de prioridades e tomada de decisões, modos de participação etc.

### 2.1.1 MODOS E NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Biggs (1989), fez uma visão útil dos diferentes modos de participação dos camponeses em investigação agrícola. Citados na tabela a baixo.

Tabela 1: Modos de participação

Modo de participação	Objectivo
Contratual	Investigadores contratam camponeses para providenciar terra ou serviços
Consultivo	Investigadores consultam camponeses sobre os seus problemas e depois desenvolvem soluções
Colaborativo	Investigadores e camponeses colaboram como sócios no processo de investigação
Colegial	Investigadores trabalham para o fortalecimento dos camponeses e diagnosticar sistemas em áreas rurais

Pretty (1994), vai mais longe ao classificar os tipos de participação quanto as suas características em sete níveis, apresentados na tabela a seguir.

Tipo de participação	Características
Participação passiva	É unilateral limita-se à dizer a comunidade/grupo que se pretende fazer ou esta acontecendo sob administração do projecto
Participação em dar informação	A população limita-se a responder questões colocadas pela equipa de investigação e não tem oportunidade de expressar suas ideias
Participação pela consulta	A comunidade/população participa por ser consultado e pessoas de fora da comunidade levam a lista dos problemas, definem o problema e solução. O processo consultivo não dá nenhuma chance à comunidade para a tomada de decisão.
Participação por incentivos materiais	A população participa porque quer recursos materiais. Muitas das investigações "on-farm" caem nesta categoria, como camponeses providenciam campos mas não são envolvidos no processo de experimentação e aprendizagem. É muito comum ver este tipo a chamar-se participação, mas a população não prolonga com as actividades quando as iniciativas acabam.
Participação funcional	A população participa na formação de grupos para alcançar objectivos predeterminados pelo projecto que pode envolver o desenvolvimento ou promoção da externalidade da organização social. A população não é envolvida no processo de planeamento, a maior parte das decisões são tomadas pelo projecto. A comunidade depende dos facilitadores e iniciativas de fora , mas pode se tornar independente
Participação interactiva	A população participa nas análises que conduzem a planos de acção e na formação de novas instituições locais ou no fortalecimento das já existentes. Tende a ser multidisciplinar criando perspectivas múltiplas e faz o uso de processo de aprendizagem sistemático e estruturado. O grupo leva o controlo sobre as decisões locais e a população mantém as estruturas e práticas locais.
Auto-mobilização	A população participa na tomada das iniciativas independentemente das instituições externas para mudanças sistemáticas. Desenvolvem contacto com instituições de fora para ter conselhos e recursos que precisam ,mas mantém o controlo das actividades e o uso dos recursos disponíveis.

Ainda Okali et al (1994) e Nelson & Wright (1995) fazem a distinção da participação como meio e participação como fim. O objectivo da participação como meio é realizar um projecto mais eficiente, envolvendo as pessoas a participar num projecto elaborado por pessoas de fora.

O objectivo da participação como fim, é que o grupo ou comunidade monta um processo para controlar seu próprio desenvolvimento, e as pessoas de fora apenas tem a função de capacitar as comunidades para decidirem nas suas próprias prioridades, o objectivo é a auto-sustentabilidade.

Importa salientar que um dos factores importantes que limita o uso de participação nos projectos de desenvolvimento participativo é a formação dos grupos, especialmente num país como Moçambique onde quase não existe qualquer organização formal da população rural e em alguns casos uma ausência de lideranças.

### 2.1.2 PRINCIPAIS GRUPOS NAS INTERVENÇÕES DOS PROJECTOS PARTICIPATIVOS

Pijnenburg (1998) distingue dois tipos de grupos formados nas intervenções de projectos de desenvolvimento participativos: grupo de interesse e grupo de serviços.

\*Grupo de serviços - formados no processo "top-down", por iniciativas do projecto/governo que usam incentivos para motivar a formação de grupos; em geral, as instituições/agencias de intervenção formam estes grupos para poderem canalizar os seus serviços com mais eficiência.

\*Grupos de interesse- são grupos formados nas comunidades, por comunidades com o objectivo de alcançar um interesse ou resolver um problema comum dos

membros desse grupo, e que na altura de intervenção os projectos aproveitam-se destes grupos para fortalecer as actividades.

Em Moçambique existem poucos grupos de interesse , e se existem, poucas vezes são aproveitados pelas intervenções. Experiências de outros países indicam que a maior parte dos grupos de serviços desfazem-se imediatamente quando o suporte das intervenções cessa as suas actividades (adaptado do Pijnenburg, 1998)..

## 2.2 DIAGNOSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP = PRA)

PRA tem variosamente sido discutido como uma aproximação, um processo, uma metodologia, uma actividade, uma técnica ou um menu de métodos. E é usualmente visto como uma serie de sessões de grupos em espaços públicos, que podem ou não envolver actividades separadas com diferentes grupos de interesses e com indivíduos(PLA notes, october 1995)

4) De tantas formas de se proceder a participação, PRA é provavelmente o método mais usado nas intervenções de projectos de desenvolvimento participativo, por este oferecer um potencial e estratégias benéficas para o desenvolvimento participativo (Pretty,1994).

2) Uma intervenção de PRA não é uma simples aplicação mecânica de tecnologias e métodos , mas sim, tem de ser um processo de diálogo, acção, análises e mudanças (Pretty, 1994)

Porém, o PRA está sendo usado por um crescente número de governos, instituições não governamentais como qualquer outra ferramenta de colecção de dados e extrair informação de uma comunidade local, mas também para análises das comunidades das suas próprias condições (Pretty, 1994).

### 2.2.1 PRINCÍPIOS DO DRP

Todos os actores e praticantes ao tentarem definir este processo chegam a conceber os mesmos princípios abaixo citados (Guijt & Cornwall 1995).

- Ser flexível, aproximação de aprendizagem adaptiva e acção,
- trabalhar com comunidades/grupos no processo de análise, planificação, definição das prioridades e acção.
- população como pessoas integrantes no processo e pessoas de fora como facilitadores,
- ter monitoria, treinamento e retroalimentação,
- tentar perceber a complexibilidade dos contextos sócio político.
- tornar projectos sustentáveis (interacção sustentável) e minimizar os riscos que poderiam surgir se fosse uma intervenção do tipo institucional( top-down).

Apesar destes pontos dos princípios ainda ficam algumas questões: Como é que PRA pode ser usado para entender a relação da complexibilidade social que determina quem está e quem não está presente, ou quem fala e quem não fala na comunidade. Será que os intervenientes entendem da mesma maneira a participação? As agencias que alcançam seus objectivos tem capacidades melhores ou tem programas eficientes na implementação?

### 2.2.2 BENEFÍCIOS/IMPORTÂNCIA DO PRA

- X Pretty (1995) chegou a identificar os seguintes benefícios da participação ao tentar definir a participação.
- X - Dá poder às comunidades e grupos marginalizadas e, encorajando-lhes a analisar as condições locais, confidenciando-lhes o acerto das suas prioridades para posteriormente poderem levar acções,
- requer e capacita a expressão e integração da diversidade social local à circunstancias diferentes dos projectos padrões,

- ✗ - pressupõe diagnóstico, planificação, implementação, monitoria e avaliação pela população ou grupo alvo,
- ✗ - identifica prioridades locais para pesquisa e iniciativa de pesquisa participatória com cientistas, tornando-as mais receptiva a conhecimentos locais e reconhece que camponeses são capazes de definir, conduzir e evoluir suas próprias experiências,
- encoraja mudanças organizacionais com reorientação do governo, "staff universitário", ONG's e treina a cultura de abertura para aprender deixando de lado o processo "top down",
- assiste às mudanças políticas junto com organizações e governos, cria mais ênfase na discussão e planificação a nível do campo.

Apesar destas e outras mudanças positivas que o processo participativo tem, chegou-se a conclusão de que o método participativo por si só não garante o desenvolvimento.

### 2.2.3 PRECAUÇÕES DO PRA

Apesar de haver muitas versões sobre a participação, das quais tem criado conflitos entre autores e actores ao tentar dar conceito e na definição do que realmente a participação tem oferecido, alguns utentes do PRA identificaram na base de várias experiências com o PRA algumas precauções importantes do PRA, a baixo citados (Guijt & Cornwall, 1995)

- assumir que usando métodos participativos e/ou outras aproximações por si só traz mudanças positivas,
- falta de clareza conceptual, transparência e explicação,
- ênfase na extracção de informação usando PRA como rotulo,
- ✗ ■ assumir que toda comunidade tem os mesmos interesses,
- ✗ ■ falta duma análise profunda que reflecte a realidade da comunidade,
- considerar PRA como instrumento de intervenção único, não como um processo,

*h e b l de b e n .*

- uma pobre integração do PRA na planificação e implementação do projecto,
- necessita de clareza sobre as razões do uso do PRA,
- agendas conduzidas por pessoas de fora e copiadas doutras fazem o nível de participação a não ser sustentável,

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS**

A teoria de Biggs (1989), Pretty (1994), Okali (1994), Nelson e Wright (1994), permitiram enquadrar o projecto nos modos e níveis de participação que acontecem no terreno. A confrontação dos principais grupos formados nas intervenções do projecto é feita na base dos principais grupos distinguidos por Pijnenburg (1998).

A análise dos problemas e pontos positivos do projecto é feita em três perspectivas: sobre os benefícios do PRA, sobre os princípios do PRA e sobre as precauções do PRA. Sobre a confrontação dos princípios do PRA são usados os princípios encontrados Guijt. & Cornwall (1995), quando tentavam Guijt. I & Cornwall A. 1995 Guijt. I & Cornwall A. 1995 comparar as definições do PRA. As vantagens são analisadas na base dos benefícios de Pretty (1994); e para as precauções são feitas na base das precauções citadas por Guit & Cornwall (1995).

#### **1.3 OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS**

Para poder operacionalizar os objectivos, e com base no quadro teórico chegou-se a elaborar as seguintes questões de estudo.

- Qual é a filosofia do projecto, objectivos, actividades e organização do projecto?
- Será que os objectivos estão sendo atingidos? Como?

- Quais são os diferentes grupos/estratos que se verificam durante a intervenção?
- Será que o projecto já mudou alguma vez a filosofia de intervenção? Se já como e por quê?
- A quem serve a participação e qual é o seu impacto?
- Que tipo de participação local é que ocorre actualmente na prática?
- Qual é o benefício e o peso dos envolvidos na tomada de decisões?
- Será que o tipo de participação usado no diagnostico (DRP) dos problemas é suficiente para a definição de prioridades?
- Qual é a opinião da população sobre o projecto?
- De que modo é organizada a população local e quem é que a organiza?
- Será que o projecto aproveita a organização local (da comunidade)?
- Quais são os pontos fortes e fracos da intervenção
- qual é a experiência da população com as intervenções anteriores.

### 3.3 MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados consistiu no seguinte:

- a) Em Janeiro de 1998 o autor participou num DRP na comunidade de Santa Maria, tendo ficado sete dias no campo, em que fazia parte da equipa dos inquiridores, para tal, tiveram que receber uma formação prévia com o coordenador do projecto e três professores da Faculdade de Agronomia;
- b) O autor Assistiu um "DRP" do projecto na comunidade de Muvucusa em Julho de 1998, e que não foi concretizado por causa do desentendimento das duas partes envolvidas, projecto e comunidade. Nessa tentativa do DRP a equipa do projecto estava preparada para ficar na comunidade por cinco dias para poder conseguir fazer as suas habituais actividades nas suas primeiras intervenções (entrevistas, mapeamento, etc).
- c) Depois do fracasso do DRP em Muvucusa, no mesmo dia foi-se à comunidade de Tsolombane onde se ficou três dias e assistiu à reposição de dados feito pelo projecto.



d) Em Agosto de 1998, assistiu o DRP do projecto em Zitundo, onde foram feitas as actividades normais do projecto durante um DRP.

e) Em Fevereiro de 1999, regressou a Zitundo por um período de quatro dias para fazer entrevistas semi-estruturadas e ouvir da comunidade a opinião deles em relação ao projecto, desde os objectivos, interacção entre os intervenientes no processo, implementação das actividades.'

Só que na sua estadia em Zitundo teve conhecimento de um caso da construção da escola na comunidade de Puza, tendo levado-o até o local para confirmar da veracidade dos factos.

Em Zitundo entrevistou vinte e uma pessoas dentre elas Seis informantes chaves. E para o caso Puza foi possível entrevistar uma senhora, a mulher do maior proprietário do gado em Puza, e teve conversa com o chefe do posto administrativo de Zitundo e com o senhor Neto, proprietário de dois estabelecimentos comerciais em Zitundo sede e de uma barraca em Puza.

f) No mês de Março de 1999, regressou às comunidades de Tsolombane e de Muvucusa. Primeiro foi a Tsolombane fazer entrevistas semi-estruturadas idênticas às de Zitundo onde foi possível entrevistar quarenta e oito pessoas.

No primeiro dia de trabalho fez uma reunião com a população local com o objectivo de lhes explicar os motivos que lhe levava àquela comunidade e de fazer algumas questões de estudo primárias.

Depois de Tsolombane foi à comunidade vizinha de Muvukusa onde ficou um dia, e as tentativas de fazer entrevistas a alguns informantes chaves da comunidade fracassaram, por causa das razões que são apresentadas no 6.3.

g) Para além das entrevistas e observações feitas nas intervenções do projecto (DRP, reposição de dados, e implementação das actividades), teve o suporte dos documentos do projecto.

h) O método de como foram feitas as entrevistas dependeu de situação encontrada no campo e da disponibilidade dos informantes chaves.

#### 4.DESCRICÃO DA ÁREA DO PROJECTO

O projecto cobre as comunidades locais do distrito de Matutuine, que se encontram residindo na área entre o rio Maputo, Oceano Indico e a fronteira da África do Sul ( incluindo a península de Machangulo). A área cobre aproximadamente 245000ha, existindo um total de 18 comunidades, com 3500 famílias, das quais cerca de 15000 pessoas que vivem na área estarão a beneficiar directamente das actividades do projecto; vide mapas em anexo; (Helvetas, Fevereiro de 1998).

Em termos ecológicos a área compreende uma planície costeira com solos maioritariamente arenosos. A linha oriental costeira caracteriza-se pela presença de altas dunas parabólicas chegando a atingir cem metros de altura (Helvetas, Fevereiro de 1998).

Esta zona é conhecida pelo seu elevado valor biológico, e considerada como um centro de biodiversidade de importância mundial. A área caracteriza-se por possuir uma vasta variedade de paisagens e habitantes incluindo uma costa quase virgem que possui um potencial de desenvolvimento de um turismo de alta qualidade. Também é nesta zona onde se encontra a reserva especial dos elefantes, e que o governo já definiu o turismo como sendo a actividade nuclear da região.

Após o acordo geral de paz em 1992, foram submetidos muitos pedidos as autoridades distritais e provinciais para a realização de projectos turísticos na zona, dado elevado potencial turístico da zona. A maior parte dos pedidos foram feitos por investidores Sul-Africanos. De realçar que é nesta zona onde houve a concessão de 235.200hectares para a empresa Blanchard SODETUR (Helvetas, Fevereiro de 1998).

A principal actividade económica das comunidades é a agricultura, praticada em pequenas áreas usando se mais o sistema itinerante, geralmente esta actividade é praticada em solos arenosos de baixa fertilidade. Também em muitas das comunidades onde existe acesso aos recursos hídricos pratica-se a pesca em pequena escala. Uma excepção é de algumas comunidades que possuem palmeiras onde se faz o corte de sura.

## **5 DESCRIÇÃO DO PROJECTO**

O projecto de Capacitação das Comunidades locais e de Gestão dos Recursos Naturais (CCGRN) é financiado pela Helvetas Moçambique, uma organização não governamental suíça de desenvolvimento, operando em diferentes áreas.

Com o acordo geral de paz, esta organização (Helvetas Moçambique) desenvolveu algumas actividades de emergência, tendo trabalhado em algumas comunidades de Matutuine, dando donativos e depois realizando o repovoamento pecuário.

Em Setembro de 1996, o governo aprovou a implementação do projecto de conservação de áreas transfronteiras (ACTF), no distrito de Matutuine . O objectivo do ACTF é apoiar o governo a criar políticas premissas, actividades e quadros institucionais para a reabilitação, conservação e gestão dos seus recursos naturais (Helvetas, Fevereiro de 1998).

Helvetas faz parte integrante do projecto ACTF. Com a aprovação do projecto do ACTF, Helvetas desenhou um projecto de Capacitação das Comunidades locais e Gestão dos Recursos Naturais com base na comunidade (CCGRN). Este projecto está completamente de acordo com o programa da Helvetas. (Helvetas, Fevereiro de 1998)

## **5.1 OBJECTIVOS DO PROJECTO**

O objectivo geral do projecto CCGRN é "contribuir para a capacitação das comunidades locais no distrito de Matutuine, de modo a poderem participar equitativamente no desenvolvimento do distrito e poderem ser assim evitados conflitos entre as comunidades locais e o sector privado. Este objectivo complementa o objectivo do projecto ACTF que pretende fortalecer os esforços do governo para promover a descentralização e participação comunitária".( Helvetas, Fevereiro de 1998)

O projecto contribui para a correcta implementação dos direitos da comunidade tal como esta estabelecido na nova lei de terra e dos novos regulamentos da terra estabelecidos que complementam e clarificam a nova lei de terra (Helvetas, Fevereiro de 1998).

## **5.2 ABORDAGEM DO PROJECTO**

A abordagem usada pelo projecto é uma abordagem participativa com o intuito de tornar o projecto mais eficiente, e produzir resultados de acordo com os interesses das comunidades, e também para não ter intervenções paternalistas. O projecto para melhor alcançar seus objectivos trabalha em coordenação com outras instituições segundo o quadro institucional no anexo.

## **5.3 PRINCIPAIS ACTIVIDADES DO PROJECTO**

Actualmente as principais actividades do projecto são:

- a) DRP's em 18 comunidades, onde o projecto faz uma reunião com a comunidade, apresenta os seus objectivos, explica a lei de terra, faz o mapeamento dum modo participativo, introduz os conceitos de eco-turismo, depois faz entrevistas à alguns membros da comunidade num período

- compreendido entre três à cinco dias. Estas entrevistas são para conhecerem e a situação sócio económica da zona e poderem definir as linhas de acção.
- b) Reposição de dados, esta reposição é feita geralmente duas à três semanas depois do DRP. Nesta reposição faz-se o diálogo em relação as actividades a serem levadas a cabo pela população dessa comunidade em coordenação com o projecto e outras instituições se necessário.
  - c) Seminários e visitas a outros projectos semelhantes. Onde os membros das comunidades trocam experiências com os outros em matéria de gestão dos recursos naturais, resolução de conflitos, eco-turismo e outros aspectos.
  - d) Fortalecer estruturas locais e extensão.

No concernente a suas actividades, tem como actividades de ponte a construção de escolas, poços etc.

## **6 ASPECTOS ENCONTRADOS NO TERRENO**

### **6.1 CASO ZITUNDO**

#### **6.1.1 DESCRIÇÃO DA ZONA**

Zitundo sede fica situado a sul do distrito de Matutuine, faz limites com Mamoli, Malongane. Tem cerca de 50 famílias e a população desta zona é falante de Xizinguir. Esta zona foi zona de acantonamento dos soldados da RENAMO, por isso, para além dos nativos existe uma mistura de gente de fora da comunidade resultante da desmobilização e que quiseram se manter na zona.

As principais actividades económicas são a agricultura e pesca praticada na lagoa.

### 6.1.2 INTERVENÇÕES ANTECEDENTES FEITAS POR OUTROS

A zona teve as seguintes principais intervenções:

- Da organização dos Médicos Sem Fronteira que colaborava com o hospital local.
- Da MOSA Florestal (um projecto que tinha o objectivo de fazer grandes plantações de eucaliptos no distrito de Matutuíne) que tinha reabilitado seus armazéns e já tinha contratado trabalhadores locais para executar o seu projecto. Com a reprovação do projecto da MOSA e a concessão da zona para o BME todos trabalhadores da zona pertencentes a MOSA passaram para o BME que ate o momento das entrevistas tinha 98 trabalhadores.

### 6.1.3 AS INTERVENÇÕES ANTERIORES FEITAS PELA HELVETAS

Antes da Helvetas Moçambique desenhar o projecto CCGRN já vinha realizando actividades na zona desde o tempo de emergência onde ajudou a população em forma de donativos e crédito. As actividades mais importantes desenvolvidas pela Helvetas nessa altura foram:

- Doação de sementes e outros bens materiais que constituíam necessidades básicas para a população naquela altura.
- Fornecimento de redes de pesca.
- Reabilitação do centro de saúde, reabilitação duma escola e ofereceu uma Motobomba a comunidade.
- repovoamento pecuário.

O repovoamento pecuário realizado foi de aves, gado caprino e bovino, este ultimo a modalidade de entrega era a titulo de crédito, em que os beneficiários pagavam um valor simbólico inicial, isto é 20% do custo do animal e depois de ter as crias devolveriam ao projecto.

#### 6.1.4 INTERVENÇÃO DA HELVETAS COMO PROJECTO CCGRN

Como projecto de Capacitação comunitária e gestão dos recursos naturais, o projecto fez o DRP em agosto de 1998 que participaram cerca de 100 pessoas. Neste DRP fez um encontro com a população no primeiro dia onde apresentou-se a lei de terra, e o conceito do eco-turismo. Durante a apresentação destes pontos pelo projecto houve tanta participação da população apresentado questões e fazendo uma lista enorme de pedidos mais relacionados com as actividades anteriores que a Helvetas realizou no momento de emergência. Por exemplo, havia tanta gente que pedia crédito de redes de pesca e do gado bovino.

Depois da reunião tratou-se de se dividir os membros da comunidade presentes no encontro em três grupos, sendo um de Senhoras, um de Senhores e outro de jovens para saber os problemas de cada grupo. Nos dois dias seguintes fez-se entrevistas de casa em casa e o mapeamento participativo das terras. De realçar que no fim de cada dia a equipa dos facilitadores fazia o memorando do dia.

#### 6.1.5 INTERVENÇÕES, PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO PROJECTO

##### ■ Fornecimento de camas

O projecto forneceu camas ao professor da escola e ao hospital sem ter consultado o professor e o enfermeiro. Estes dizem ter tido oferta como uma surpresa porque o chefe do posto tinha solicitado estes bens ao projecto para que lhes apoiassem. Contudo, estes bens faziam falta mas parece que o enfermeiro e o professor tinham suas prioridades além das camas.

#### ■ Capacitação na gestão dos recursos naturais.

Em Zitundo existe uma comissão comunitária da terra e gestão dos recursos naturais, e na altura da intervenção, Agosto de 98, o projecto prometeu trabalhar em coordenação com este grupo. O projecto ajudaria no fortalecimento deste grupo de modo que toda informação relacionada com a terra e recursos naturais de Zitundo possa ser encontrada nesse local pelos potenciais investidores e qualquer outro interveniente da zona que esteja interessado, e também na resolução de conflitos locais.

#### 6.1.6 OPINIÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INTERVENÇÕES

Algumas pessoas consideram bem vindo o projecto porque vem lhes alertar dos perigos que existem dos "falsos investidores", por exemplo um estrangeiro que já tinha ocupado o lago local e feito uma vedação. Para além de trazer informação que seria de difícil acesso para eles.

Apesar do projecto ter apresentado a lei de terras, e possíveis modos de resolução e intervenção nos conflitos locais pela comunidade, para além dos presentes nesse DRP terem participado activamente, nem todos compartilham a ideia de serem ensinados algo pelo projecto, porque há pessoas que consideram o DRP realizado pelo projecto em Zitundo como "gota de água no meio do oceano". Isto verifica-se porque a população estava na expectativa de receber bens materiais idênticos aos da altura de emergência.

A população considera ótima a ideia de estarem envolvidos na tomada de decisão, porque só eles os donos (membros da comunidade) é que podem definir o destino prioritário das suas comunidades. O projecto deseja ver a população com grande peso na tomada de decisão, mas a própria população quando questionada sobre o seu papel, e seu peso na tomada de decisão diz não ter nenhum peso, e sempre diz "*são os chefes que sabem*". Isto significa que apesar da população estar a participar activamente nas reuniões ela ainda



continua passiva na tomada de decisões. Dado que isto não é alcançado a curto prazo que é desejado pela população.

#### 6.1.7 SUMÁRIO

##### Razões para grande aceitação do projecto na zona

- Helvetas já era conhecida na zona assim como algumas actividades que praticou tais como, a oferta da Motobomba a comunidade, o programa de repovoamento pecuário em coordenação com a rede de extensão do estado, colaboração com os serviços da saúde e educação. Como consequência a população ao ser entrevistada pelo facilitadores do projecto no fim sempre tinha a tendência de pedir apoio nas áreas da acção da Helvetas, isto é, existia uma forte expectativa por parte da população.
- o projecto ao apresentar a lei de terra e possíveis modos de resolução de conflitos locais diminui a desconfiança no seio da comunidade em relação ao projecto.
- apresentação e realização de encontros em língua local.

##### limitações da participação

- a equipa do projecto coloca muitas questões durante o encontro é muito cansativo para a população a pesar de permitir explorar muita informação em pouco tempo.
- nem todas respostas e decisões do projecto são devolvidos directamente na comunidade, mas sim aos chefes da comunidade.
- a população considera estar a participar quando tem alguns benefícios materiais por receber
- trabalho intensivo pode gerar discussões dentro das equipas dos facilitadores o que pode reduzir a credibilidade da equipa na comunidade.

## 6.2 CASO Tsolombane

### 6.2.1 DESCRIÇÃO DA ZONA

A zona de Tsolombane fica situada entre Mabuloco e Muvucusa. Tsolombane é uma das povoações do posto administrativo de Bela-vista. Está subdividida em três zonas que são nomeadamente: Niniva, Nboza e Mapakatine. (ver mapa em anexo). Segundo os limites da reserva esta zona faz parte da reserva e segundo os residentes da comunidade dizem que a zona nunca pertenceu a reserva.

Na altura da intervenção do projecto(junho de 98), Tsolombane era chefiado por **Thaimane Tsolombane Tembe**, filho do antigo regulo da zona, auxiliado por três indunas e dois "policias" tradicionais. Este poder tradicional era responsável por todos acontecimentos que surgiam na zona tais como: resolução de conflitos, atribuição de terras, cerimónias de evocação de espíritos e outros.

Para além desta equipa a única pessoa letrada da comunidade, senhor Zacarias, é que fazia contactos com o governo distrital em casos de necessidades.

Com a morte do chefe tradicional em outubro do ano passado (1998) a população viu a necessidade de eleger indivíduos da comunidade, pertencentes ao partido no poder de modo a dar os destinos da comunidade. É nesse contexto que puseram um secretário e adjunto secretario da zona, perdendo desse modo a autoridade que o poder tradicional tinha.

Apesar disso, os "policias" e os indunas ainda são considerados e têm algum papel em casos de resolução de problemas e também o escrivão da zona continua o mesmo do poder tradicional.

Quase toda a população de Tsolombane é falante de *Xizinguir*, apesar de existirem pessoas não nativas da comunidade vindas principalmente das provinciais de Gaza e Inhambane, encontrando-se a viverem na zona há mais de cinco anos. Estes se fixaram na zona para conseguirem praticar a pesca.

Nesta comunidade com cerca de 76 famílias, é difícil encontrar população jovem por estes terem fixado as suas residências na África do sul.

No geral, a maior parte da comunidade pratica a agricultura a pesca, mas também se dedicam à extracção de mel. A agricultura é praticada pelos nativos, enquanto que a pesca é praticada mais por residentes não nativos da zona.

#### 6.2.2 INTERVENÇÕES ANTERIORES FEITAS POR OUTROS

A maior parte das pessoas da comunidade disse que antes da intervenção do projecto CCGRN não tinha havido nenhuma intervenção anterior para além do censo populacional de 1997.

#### 6.2.3. AS INTERVENÇÕES FEITAS PELO PROJECTO CCGRN

O projecto fez as seguintes intervenções na comunidade.

a) "diagnostico rural participativo," onde fez:

- a divulgação da lei de terras e o conceito da importância da gestão dos recursos naturais,
- a apresentação da conceito do eco-turismo, e mapeamento da zona
- entrevistas semi-estruturadas na comunidade de modo a conhecer os modos de vida da comunidade;

b) A reposição de dados colhidos durante o DRP foi feito em junho de 1998 entregou-se uma bola, apresentou-se o mapa comunitário e apresentou-se os possíveis planos de acção à comunidade, a baixo citados.

- ajudar a população na construção da escola;
  - ajudar a população a proteger os poços de modo a que esta passe a ter água limpa;
  - ajudar a população no combate de javalis e macacos que causam danos nas machambas;
  - intervir na minimização de conflitos
  - fornecer redes de pesca aos pescadores de camarão;
  - formar fiscais comunitários/locais;
- C) intervenção na construção de escolas e poços, onde já se fez a construção da casa da saúde e a casa do professor ainda não em funcionamento e a casa onde a socorrista faz os trabalhos.
- fornecimento de chapas de zinco, pregos e arames para a construção da escola primária pela comunidade;
  - fornecimento de cimento e blocos para o melhoramento de poços de água pela comunidade; e que nenhum foi construído por razões citadas no 6.2.3
- d) levou alguns membros da comunidade ao seminário de **Gala**
- e) selecção de dois membros da comunidade para troca de experiência em matéria de eco-turismo na vizinha África do Sul. Estes até hoje, Março de 1999 ainda não foram, porque a contraparte Sul Africana ainda não reuniu as condições de acolhimento.

### 6.2.1 INTERVENÇÕES, PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO PROJECTO

#### a) construção de escolas

O projecto depois de intervir com o **DRP** viu como uma das necessidades de ajudar a comunidade na construção de uma escola. Antes do **DRP** do projecto a comunidade tinha feito um pedido a direcção distrital da educação, onde tiveram como resposta da direcção , terem que construir sala de aula e a casa do professor. Então, o projecto na altura de reposição de dados ofereceu-se a

ajudar em chapas de zinco, pregos e arames , onde a população aceitou o gesto do projecto.

Dias depois o projecto enviou o material solicitado pela comunidade o qual foi usado na construção da escola, já concluída no momento das entrevistas, embora ainda não tinha se iniciado a leccionar .

A escola foi construída por quase todos membros da comunidade, onde os Homens tinham a responsabilidade de cortar caniço , estacas, e capim, para além de erguer a própria obra. As mulheres tinham como dever maticar a sala de aulas e a casa do professor.

A sala de aula foi construída na base de material local excluindo chapas de zinco, arames e pregos, enquanto que a casa do professor foi construída na totalidade por material local.

#### **b) construção de poços**

A comunidade de Tsolombane não possui água limpa e que em tempos de chuvas a água fica quase toda turva devido ao escoamento superficial dada a não existência de vedação nos poços.

O projecto, tendo visto a necessidade de ajudar a comunidade em por revestimento nos poços, concordou com os membros da comunidade presentes no dia da reposição de dados em enviar blocos e cimento a comunidade, na qual a comunidade se responsabilizaria no melhoramento dos poços.

Nessa altura, na comunidade existia um único pedreiro no qual confiavam na construção de poços. Mas por seu turno o solo de Tsolombane é arenoso fácil de desabar, então o encarregado da obra negou a responsabilidade que foi incumbida pela comunidade. O projecto, na altura em que enviou as chapas de

zinco transportou também blocos e cimento para a antiga casa do chefe tradicional, hoje falecido.

Por não haver alguém que pudesse fazer os poços por muitas razões abaixo citadas, alguns blocos estão partidos e parte do cimento secou.

#### Razões para a não construção de poços

- falta de experiência na construção de poços ;
- ainda estarem a fazer a escola porque não podem fazer escola e poços ao mesmo tempo;
- o lugar onde foi colocado o cimento ser longe dos possíveis lugares onde se iriam construir poços.
- a terra é falsa e alguns membros têm medo de desabar a terra sobre eles,
- os chefes atuais alegam terem tomado o poder recentemente;
- a população parece ter pedido poços por conhecer os poços de Machangulo, e achava que o modo de construção seria o mesmo feito por máquinas, por isso, pedem alguém do projecto para fazer ou o uso de máquinas;
- as casas estão muito dispersas pelo que exigiria fazer muitos poços.

#### c) Repovoamento pecuário

Na primeira intervenção do projecto, altura do DRP, alguns membros da população teriam apresentado a necessidade de se ter um tractor comunitário para lavrar a terra dado que o projecto disse a população que já não podia fazer queimadas e a incapacidade das pessoas em trabalhar grandes áreas de cultivo.

Como resposta o projecto teria dito que seria incapaz de fornecer um tractor, para além de que nenhum membro da comunidade tinha experiência na condução e manutenção de tractores, também a não existência de bombas de combustível na zona foi um dos factores apresentados como argumento. Então, a equipa do projecto disse que iria estudar com os seus "superiores" a possibilidade de introdução de tracção animal para substituir o tractor. Mas esta

solução não é viável para o projecto dado que, segundo os limites da Reserva esta comunidade está dentro da reserva. Por isso, o projecto não fará o repovoamento. Então, isto não foi comunicado à comunidade, e alguns membros da comunidade, consideram esta possibilidade de repovoamento pecuário como promessa e diz que o projecto não lhes devolve a resposta até então Março de 99.

#### **d) Fornecimento de redes de pesca**

O processo de fornecimento de redes de pescas é semelhante ao do gado bovino em que as pessoas esperam ansiosamente por terem entregue os seus nomes a solicitar redes para o camarão de medida zero.

#### **e) Capacitação na gestão dos recursos naturais.**

Na comunidade há noção da gestão dos recursos naturais. As pessoas reconhecem que o projecto teria falado muito desta componente desde o uso e aproveitamento da terra, aproveitamento dos recursos florestais e hídricos.

Mas o que está a se verificar é que as pessoas dizem que “ *ensinaram muito , mas não nos deram nada para deixarmos de fazer de como fazíamos. Olha que quando fazíamos queimadas os mosquitos não eram muitos perto das casas, assim como as cobras que são muitas no mato*”. O que está se verificando é que alguns membros da comunidade culpam o projecto pela existência de cobras que antes da intervenção do projecto já haviam.

Ainda neste processo da Capacitação das comunidades sobre a gestão dos recursos naturais foram seleccionados alguns membros da comunidade para assistirem o seminário de Gala( uma comunidade do Distrito), onde participaram pessoas de algumas comunidades da península, Madjadjane, Muvucusa e da própria comunidade anfitriã.

Segundo os participantes neste seminário houve muita aceitação, participação e colaboração de todas as partes, e trocas de experiências entre comunidades. O projecto levou um vídeo cassete ao local, e que alguns membros de Tzolombane que puderam participar usam este vídeo como referência por ter-lhes emocionado, e quase sempre que falam do seminário usam o vídeo como referência.

Para além das actividades do DRP e do seminário de Gala, foram seleccionadas duas pessoas da comunidade pelo projecto para terem uma visita (formação) na matéria do eco-turismo na África do Sul, e que o projecto encarregou-se em tratar passaportes para eles.

#### **f) outras**

Os técnicos da DDAP não possuem meios para se deslocarem as comunidades, e conciliam as suas actividades com as do projecto. Então os técnicos da DDAP prometeram fornecer caixas e material para a criação de abelhas e extracção de mel, e ainda não foi solucionado. Alguns membros da comunidade interpretam este acto como se fosse do projecto.

### **6.2.2 OPINIÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INTERVENÇÕES**

#### **■ actividades desenvolvidas na comunidade**

A população têm como ponto de referência do projecto os bens materiais oferecidos por este projecto, porque quando se pergunta se conhecem a Helvetas Moçambique dizem: "*aqueles que nos ofereceram arame, chapas de zinco, blocos, cimento e pregos*" depois é que voltam a falar das outras actividades do projecto tais como a oferta de bola, mapeamento feito na comunidade, apresentação da lei de terra e instrumentos de defesa dados pelo projecto para possíveis investidores clandestinos, isto referente a documentos sobre o a lei de terra.



Contudo, apesar de se recordarem dos bens materiais ainda falam de promessas feitas pelo projecto que até então não foram devolvidas as respostas, tais como a resposta do repovoamento pecuário, redes de pesca e um membro da comunidade responsável pela ligação escola comunidade disse: " Não sabemos porque é que o projecto não traz a resposta. Acreditamos que eles têm muitas zonas por trabalharem, mas não seria mal passarem por aqui transmitir nos que ainda não conseguiram o nosso pedido"

" Nós vamos usar cimento na construção da escola porque eles não querem trazer alguém para fazer-nos poços. Aceitamos abrir o poço mas nós queremos alguém para pôr cimento" palavras duma senhora

"Tudo acaba em Bela-vista, enquanto que os inquéritos vêm fazer a nós, porque acontece isso, já estamos cansados" palavra dum velho

Numa casa onde estava uma senhora com uma residência na África do Sul comparou o projecto com os projectos participativos sul africanos, ela parecia ter tanta experiência porque dava ideias de como pode ser construída uma escola comunitária e disse: " Há contradições na construção de poços porque as pessoas daqui só acabam tempo a beberem; a população aceitou coisas que não sabe fazer, nós não temos unidade nesta zona. É por isso que muita gente prefere por os filhos em Manguzi na África do sul."

"As pessoas não são capazes de fazer poços, podiam trazer carros como em Machangulo ou uma pessoa com experiência em fazer poços" dizia o secretário do bairro, mas do outro lado, uma senhora dizia: " aqui em Tsolombane há pessoas capazes de fazer poços mas não podem fazer sem ser pagos e o projecto prometeu trazer alguém para fazer estas actividades. As pessoas não aceitam trabalhar sozinhas sem vencimento".

"O projecto quando quiser fazer coisas para nós há-de fazer, por isso, não vale a pena andar atrás deles. O pouco que nos deram agradecemos porque não tivemos que comprar nada" palavras dum senhor.

" Nós população de Tsolombane só sabemos cultivar e pescar, nunca podemos saber fazer poços antes de eles nos ensinarem, por isso não podemos fazer nada" palavras da senhora Muchanga.

Estas afirmações demonstram o quanto pessoas da mesma comunidade têm ideias diferentes em relação as actividades, e o modo de como são realizadas as actividades geralmente reflectem o grau de interesse que tem por alguma coisa. Por exemplo, eles não consideram os poços tão importantes porque a zona tem o lençol friático elevado e que fazer poços sem revestimento interno é uma questão de minutos, para além de que vivem dispersos , então abrir poços ser-lhes-ia obrigar a percorrer distâncias grandes para buscar água. Para o caso da escola que não tinham outra alternativa além de construir juntamente com a casa do professor já construíram com material recebido ao mesmo tempo com o dos poços.

Em Machangulo foram feitos poços por um outro projecto, que esteve a usar máquinas para a abertura desses poços; e há pessoas de Tsolombane que pensam que o projecto CCGRN é que fez poços em Machangulo, por isso, pedem a presença de carros na zona para construir poços. E há quem diz que o cimento será usado no pavimento da escola; como é que irão pavimentar se para a construção de poços alegam não existir nenhum pedreiro? e como é que dizem que pessoas não podem trabalhar sem vencimento enquanto a escola que era prioritária fizeram sem vencimento?

#### ■ impacto da participação e seus beneficiários

Apesar dos membros da comunidade participarem activamente na discussão dos problemas da zona e terem aceite trabalhar com o projecto, alguns

membros da comunidade ainda não confiam bem no projecto. Por exemplo, uma jovem disse "*trouxeram chapas de zinco, cimento e outras coisas, mas porque o cimento esta a estragar-se não podemos agradecer porque parece que estamos a fazer algo que não há de nos ajudar em nada, para o caso de construção da escola só podemos agradecer depois da vinda do professor*".

Por outro lado, a população parece que não participa em todos passos da implementação do projecto, exemplo duas senhoras membros da comunidade disseram "*os blocos e zincos trouxeram e não apresentaram à população, talvez se tivessem apresentado a população teríamos dito que não sabemos construir poços*".

"*Não podemos fazer poços porque não estamos unidos e por isso não somos capazes de repôr às respostas ao projecto.*" Palavras um senhor que ainda diz: "*os benefícios serão vistos com o tempo mas por enquanto ainda não temos nenhum benefício. Parece que a população toma decisões antes de saber claramente os benefícios a espera de ver sua vida alterada.*"

Ainda um outro senhor dizia "*não detestamos por nada o projecto porque as chapas de zinco que disseram que iam trazer já estão cá, mas a outra parte que falaram de fazer um estudo para a implementação ( repovoamento pecuário e as redes de pesca) ainda não nos deram a resposta, por isso não gostaríamos de lhes encomodar porque vieram se entregar, então, não vale a pena os insistir*".

Estas citações demonstram até que ponto pessoas da mesma comunidade pensam, entendem e interpretam as coisas de maneira diferente, mas que em alturas próprias para apresentarem as suas preocupações têm receio de o fazer por medo de perderem o pouco que lhes é dado. Isto aparenta haver um receio por parte da comunidade quanto aos seus parceiros, o projecto, por não saberem até que ponto o projecto poderá simpatizar se com as ideias deles.

A semelhança do que se verifica nas outras comunidades em que a população está interessada nos incentivos materiais a curto prazo do que na Capacitação na gestão dos recursos naturais.

■ **conhecimento dos objectivos gerais do projecto pela comunidade**

*"O projecto ajuda-nos na defesa da nossa terra, e respeita a nossa tradição, além de trabalhar bem connosco num clima de harmonia"* palavras duma senhora.

*"Não posso dizer nada sobre o projecto porque não sei de concreto quem é o projecto, visto que pode fazer coisas bonitas no início para depois virem a mudar"* (palavras dum pescador de meia idade).

A população tem uma noção dos objectivos do projecto porque há uma palavra que não lhes faltava, *"o projecto vem nos ensinar o uso e aproveitamento de terra"*. Mas como as pessoas interpretam de maneira diferente as intervenções do projecto, há pessoas que diziam não conhecer para ouvirem a minha opinião pessoal em relação ao projecto,

Nas actividades prometidas pelo projecto e que a população ainda não teve resposta interpretam de diferentes maneiras os motivos pelos quais o projecto não pode colaborar numa determinada área como exemplo eis a citação.

*" o gado não vem porque estamos fora da área de jurisdição do estado"* comentário dum senhor num convívio vespertino.

■ **peso das comunidades na tomada de decisão**

Alguns membros da comunidade chegam a dizer : *" fizemos tudo que o projecto pede e se não dizer nada nós também não podemos fazer nada"*. Esta afirmação não quer dizer que o projecto não dá liberdade a população para a tomada de decisões, mas porque há mal entendido por parte de alguns membros da população parece que ela não tem poder de tomada de decisões. Por exemplo,

o que dizem estas senhoras ,“ o projecto é que deve fazer poços porque esse é seu direito. Se nós estivéssemos organizados poderíamos fazer poços. É difícil fazer uma construção comunitária porque unir muita gente é algo difícil”.

#### ■ papel do projecto na formação de grupos

o projecto não tem quase nenhum papel na formação dos grupos porque parece que estes são formados pela própria comunidade na realização dum certo tipo de trabalho, ou por uma certa necessidade, por exemplo a formação dos grupos para a construção da escola em Tsolombane. Em suma, o projecto trabalha com grupos já existentes ou formados pela própria comunidade.

#### 6.2.3 SUMÁRIO

As limitações da participação encontradas em Tsolombane foram:

- As promessas feitas na comunidade que não são concretizadas, como a devolução da resposta sobre o repovoamento pecuário e redes de pesca que algumas pessoas da comunidade usam para descrever o projecto.
- Há falta de interesse por parte de alguns membros da comunidade em relação a certas actividades combinadas com o projecto, por exemplo a construção de poços. Provavelmente as prioridades não foram bem definidas porque não existe falta de água.
- A maneira com que são transmitidas as mensagens a população através de recados perturbam a comunicação da comunidade/projecto.
- O receio da comunidade em dialogar com seus parceiros, devido ao medo de perder o pouco que lhes é dado.

## 6.3 CASO MUVUCUSA

### 6.3.1 DESCRIÇÃO DA ZONA

Muvucusa fica situado ao longo da costa. É limitado pelo oceano Indico, Tsolombane, Mabuluco e Gala. Tem como pontos de referência o lagoa Mundi e a praia de Milibangalala.( vide mapa em Anexo).

Esta zona tem aproximadamente cinquenta residências, sendo os seus habitantes falantes de *xizinguir*. Seus destinos são chefiados pelo senhor **Mabica** filho do antigo régulo da zona, mas sem grande poder na tomada de decisão devido ao aspecto "rebelde" que é característica principal da população.

Pelo que pude apurar é que nesta zona em paralelo com o poder tradicional existe secretário trabalhando em coordenação com o tradicional.

As principais actividades económicas da zona são a agricultura e pesca que é praticada tanto no mar assim como nos lagos.

### 6.3.2 INTERVENÇÕES FEITAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES

As intervenções feitas na zona por outras instituições são:

- A Reserva do Maputo tentou negociar com a comunidade para que esta entendesse que a comunidade encontra-se dentro da Reserva do Maputo, o que não foi aceite pelos residentes da zona.
- A ANAMAT (associação dos naturais e amigos de Matutuíne) foi à comunidade esclarecer os objectivos da associação, e depois exigiu dinheiro a população para estes se tornarem sócios.
- Nkomati Safaris é um operador turístico estabelecido na comunidade e que não é bem vindo para alguns membros da comunidade por este ter ocupado uma floresta sagrada, e não respeitar usos e costumes da zona.

- O MAP (Ministério da Agricultura e Pescas) que fez um inquérito sobre o repovoamento pecuário e prometeu a população em beneficiar desse repovoamento pecuário.

### 6.3.3 AS INTERVENÇÕES FEITAS PELO PROJECTO

Não existiam intervenções anteriores da Helvetas na zona, mesmo na fase de emergência. A primeira intervenção feita pelo projecto na zona foi em Julho de 1998, onde o projecto tinha a intenção de realizar um DRP na comunidade, tendo este fracassado.

Tempos depois o projecto foi convidar alguns membros da comunidade para participarem no seminário de Gala. Neste seminário houve aderência positiva ao convite por parte dos membros da comunidade.

Por ter fracassado o DRP na zona, o projecto não definiu nenhum plano concreto para a intervenção na comunidade. Até a altura de tentativa de recolha de dados do trabalho de diploma (Março de 99), o projecto ainda tencionava fazer um DRP na zona.

Até esta altura não existe uma actividade concreta realizada pelo projecto para além da reunião da primeira intervenção (Julho de 98) e da participação de alguns membros da comunidade no seminário de Gala.

### 6.3.4 INTERVENÇÕES, PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO PROJECTO

Em Julho de 98 a equipa do projecto CCGRN foi a comunidade de Muvucusa para realizar um DRP durante cinco dias, e o autor também fazia parte da equipa. Chegados a comunidade, encontramos dois senhores com catanas que estavam no caminho a espera para mostrar o lugar do encontro. Nesse local,

perto da lagoa Mundi, já estava um grupo da comunidade à espera, e que disse logo em coro aos dois senhores que esperaram por nós “ *mu kuelile mova, mu va longo, chavane wa muina*” o que significa ( subiram carro, São da elite! comprem o vosso), isto dava logo a entender uma marcação de distância entre comunidade e o projecto.

Neste dia em que a equipa do projecto foi a comunidade para ficar e realizar o DRP, chegou de se reunir com a comunidade com o objectivo de explicar a lei de terra, planificar as actividades para os dias seguintes.

Minutos depois apareceu um senhor, enquanto a equipa se preparava e esperava de mais gente e disse: “*já estamos prontos para reunião*”. O chefe da equipa introduziu o encontro em língua local começando pela apresentação da equipa, seguido do “Back-ground” e objectivos do projecto. A seguir um inquiridor apresentou a lei da terra e o conceito eco-turismo respectivamente tendo havido dialogo activo com a comunidade nos aspectos que não entendessem ou não concordasse.

Por exemplo, a lamentação da existência do Nkomat Safaris na Praia que ocupou uma floresta sagrada e não deixa as pessoas da comunidade penetrarem nela para fazer as cerimonias da chuva, também o não entendimento de porque não fazer casas perto da rua e fontes de água(Lago, Rio, Mar, etc.), e porque não fazer queimadas na floresta se é o único meio de se defender das cobras no acto de abertura das machambas.

Esclarecidos os pontos acima por todos membros da equipa chegou a vez da equipa pedir para ficar na comunidade por cinco dias e entrevistar alguns membros da comunidade com a finalidade de conhecer a situação socio-economica da zona que iria permitir definir os planos prioritários de intervenção do projecto.



Dos cerca de trinta membros da comunidade presentes houve uma divergência de opiniões. Seis pessoas ( três Homens e três mulheres ) estavam contra os entrevistas de casa à casa alegando que tudo podia ser tratado naquele local e naquele instante. *"Se são problemas de Muvucusa porquê é que não falamos tudo e acabamos aqui, querem conhecer nossas casas e verem a nossa pobreza"* - citação dum dos membros.

Tentativas de convencer a população foram desenvolvidas ao que passou dum dialogo para "insultos" (vide 6.3.5) pela população. Nesse âmbito a equipa agradeceu a recepção, despediu e foi à Tsolombane onde aproveitou fazer a reposição de dados que tinha por fazer na semana seguinte.

Depois da despedida da equipa do projecto um membro da comunidade que tinha participado no DRP de Massoane disse que conhecia a equipa e não se tratavam de "mafiosos" e nem são da Reserva do Maputo, só que como a comunidade estava em pânico, e com o agravante do Blanchard ser conhecido como comprador da zona acrescentou *"nós não sabemos a quem mandam para fazer pesquisas, por isso, qualquer que aparece para dar mensagens, mesmo de boa fé não cabe nas nossas cabeças. Imagine que a Reserva quando apareceu aqui prometeu muita coisa mas até aqui não cumpriu nada. Além de estarmos fartos de recenseamentos a qualquer momento. A inscrição do gado que vieram fazer e as chapas de zinco, onde estão? Também sabemos que a terra é precisada, razão pela qual não damos confiança a ninguém"*

### 6.3.5 OPINIÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AS INTERVENÇÕES

No dia da reunião na primeira intervenção do projecto um dos membros da comunidade disse: *"estamos preocupados pela presença da equipa sem nenhum membro do governo e com a ferida que o Bóer provocou deixa-nos duvidas porque a reserva conhece o negócio do branco e é possível que esta equipa seja da reserva, por isso mesmo que não trazem identificação e vêm nos*

*aldrabar. Qualquer grupo que aparece aqui, nós temos que desconfiar, porque somos vítimas e sabemos que a terra foi vendida ao Blanchard"*

Perante estas palavras o oficial do projecto prometeu deixar cartão de visita para poderem confirmar em caso de alguma dúvida de que o projecto realizava trabalhos com conhecimento do governo distrital.

*"Esta equipa faz parte do branco porque falam mesmas coisas que ele também proíbe. Só que vocês estão enganados. Nós vamos fazer queimadas porque não queremos criar cobras"* palavras dum membro da comunidade.

*" Estes querem nos enganarem, se algo de mal acontecer nós conhecemos nesta equipa, o filho de Faria (um inquiridor do projecto é filho dum agente económico do distrito), estes são da reserva por isso, pensam como o "branco" que esta na praia "( citando um elemento da comunidade)*

Um membro da equipa do projecto aborrecido com a reacção da população disse *"Nós não somos da reserva e nem fazemos parte do Blanchard, as promessas que tiveram das pessoas que passaram daqui não podemos assumir porque nós não vamos construir escolas, hospitais e nem somos capazes de resolver de imediato o problema do bóer, somente seremos porta-vozes para comunicar às autoridades"*.

*" Esta equipa logo que chegou já tinha notado que não havia um objectivo claro, somente foram mandados para facilitar os outros que querem usurpar a nossa terra, vi brancos",* concluiu o interveniente membro da comunidade, *"estes conhecem-se muito bem com o bóer; vejamos, ir a escola é um veneno, a lapiseira é grande feiticeiro, oh! Meus filhos, coitadinhos, não são vocês..., é a fome que vos assola de mais, foram mandados para virem apertar as gargantas dos vossos pais, vossos irmãos para depois se aproveitarem de algo"* enquanto falava ia fazendo gestos de desprezo à equipa dizendo, *"estes virão com os*

*brancos que lhes mandaram e assim estarão na melhor vida porque terão conseguido nos sacudir daqui”.*

Na altura de regresso para colher a restante parte dos dados (Março de 1999), isto é, tentar conhecer da própria população os motivos pelos quais não teriam aceite a intervenção, o autor hospedou por um dia em casa do chefe tradicional, e depois da apresentação dos seus objectivos na zona, ele disse que podia responder sozinho à entrevista, mas a esposa estava de lado e disse: *“esta terra não é sua, as pessoas daqui hão-de te matar por ter vendido a terra”.*

O chefe tradicional tratando-lhe com uma estimacão idêntica a de seu filho disse: *“a população daqui não entende essas coisas, ela é muito confusa, mas a culpa é vossa (políticos)”*, referindo-se a mudança do poder. Acrescentou *“você disseram que o poder é do povo, então, resolvam os vossos problemas com o povo. Dantes quando haviam régulos só chamaria os indunas para serem testemunhas do que estou a falar, mas como disseram que nós (poder tradicional) não servimos, esta ai a solução”.* Isto significa que como agora há democracia, o poder tradicional deixou de ser autocrata, os que introduziram estas mudanças no pensamento das pessoas são responsáveis por este comportamento da população.

No dia seguinte depois de solicitar um encontro com alguns responsáveis da zona disseram:

*“Esta cara não nos é estranha, já vimos uma vez com a Helvetas, aquele grupo de indivíduos que regressaram naquele dia, depois convidara-nos a Gala e foram lançar piadas. E na semana passada prometeram aparecer e não apareceram tendo nos reunido de borla”.*

Indo mais longe um senhor disse: *“Helvetas e reserva! Veja o quanto esses nomes são parecidos, é porque os dois se conhecem, são todos mafiosos porque trabalham para o Blanchard que diz ter comprado esta zona”*

Em vez de responderem ou darem uma satisfação continuavam a murmurar e o chefe tradicional disse:

*"As pessoas de Bela-Vista conhecem os problemas de Muvucusa é por isso que só mandam pessoas".* então um dos presentes, o senhor Machangulo, aproveitou-se desta ocasião para pedir o documento que confirma a passagem de Bela-Vista. E um dos presentes diz: *"carimbo e maquina podem ser feitos em casa assim como dinheiro, é o mesmo que tirar estes frutos verdes por três pontinhos na cara para se identificar como Muzinguri. Se querem dialogar conosco tragam pessoas da Administração de Bela-Vista em vez de papéis assinados"*

É quando o chefe tradicional concluiu dizendo *"como vocês são duma escola, se querem construir uma escola que façam, nós podemos pagar o vencimento do professor e as despesas de alimentação, o que nós queremos é nos mandarem um professor porque nossos filhos não estudam"*. Isto referiam-se a mim por ter me apresentado como um estudante e eles tem falta de escola, então, prefer o sistema "top-down" para a construção da escola porque acham que a administração de Bela-vista conhece todos os problemas da zona.

### 6.3.3 SUMÁRIO

Estas palavras reflectem uma população que não vê os benefícios dos inquéritos feitos na zona, então prefere que as coisas sejam feitas sem inquéritos, para além de que parece estar revoltada com as estruturas governamentais ao reclamar a presença de um membro do governo distrital nas intervenções que são feitas na comunidade e ao afirmarem que o administrador conhece todos os problemas de Muvucusa ,mas tem medo de ir para lá enfrentá-los junto à população.

Como limitações na implementação dum projecto participativo para a zona foi possível identificar as seguintes limitantes:

- O cansaço pelos inquéritos realizados na zona sem nenhum benefício para a comunidade( inquérito do MAP para o repovoamento pecuário, recenseamento geral da população, recenseamento eleitoral, etc.). O mais agravante é que durante o recenseamento geral da população e habitação os recenseadores teriam dito que já tinham toda a informação que precisavam e algumas pessoas da comunidade interpretam isto dizendo que os recenseadores disseram para não aceitar mais nenhum outro tipo de entrevistas na comunidade porque já se estavam a tirar todos os dados importantes para o desenvolvimento da zona.
  
- O conflito existente entre a reserva do Maputo e a população sobre a posse da comunidade; dado que a comunidade está dentro da reserva e a população não aceita que a comunidade está dentro da reserva, por isso, não aceita qualquer intervenção temer ser mandada embora para fora da reserva.
  
- No dia da primeira intervenção(julho de 98) na equipa estava alguém que fez parte do inquérito feito pelo MAP em coordenação com a reserva do Maputo e que foi reconhecido por alguns membros da comunidade; então alguns membros não sabiam que ele ia com um outro objectivo e viam-lhe como se quisesse fazer inquéritos para não devolver de novo os resultados a comunidade
  
- A coincidência de alguns objectivos do projecto com de alguns investidores na zona que são mal vistos pela comunidade, por exemplo, existência dum Bóer na praia que pediu a população que construísse uma rua boa(mão-de-obra gratuita) para permitir melhor passagem dos turistas, e que este ponto da construção de rua foi focado na componente do eco-turismo pela equipa, então , parecia haver uma relação entre o projecto e o Nkomatt Safaris.

## 6.4 CASO Puza

### 6.4.1 DESCRIÇÃO DA ZONA

Puza é uma comunidade sob a tutela do posto administrativo de Zitundo, fica situado na parte sul do distrito, fazendo limite com a região sul africana de Manguzi.

A agricultura, corte de sura das palmeiras e comércio interfronteira são as principais actividades da zona. Uma zona que tem os dois poderes (administrativo e tradicional) a funcionarem em paralelo, sendo a autoridade tradicional a que tem maior peso.

### 6.4.2 INTERVENÇÕES

Nesta região foram feitas poucas intervenções no âmbito social ou económico, só tem uma barraca pertencente ao principal agente económico de Zitundo, e para além do projecto CCGRN por vezes tem se feito intervenções da saúde, por exemplo no caso de vacinações.

Na comunidade de Puza 2 o projecto foi fazer um DRP, no qual um dos pontos lamentados pela população foi a falta de escola com sala de aulas e hospital na zona. Na altura de reposição de dados pelo projecto à comunidade concordaram em a comunidade arranjar o material local, tal como caniço, e estacas e disponibilidade do pessoal local para a construção da escola, e o projecto prometeu disponibilizar chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas.

Tempos depois, o projecto forneceu as chapas de zinco e a comunidade cortou o caniço, mas nenhuma parede da escola foi levantada. O projecto por ver a falta de palavra da comunidade falou em retirar as chapas de zinco. O chefe do posto administrativo de Zitundo, órgão de tutela da localidade de Puza, mais um

agente económico com grande influência na zona, decidiram levar um polícia à localidade para controlar as actividades da comunidade na construção da escola. De realçar que o chefe do posto administrativo se mantinha junto com o polícia na localidade.

No referente a opinião da população em relação as intervenções feitas, para esta região não foi possível recolher muitos dados porque só foi possível trabalhar lá algumas horas, isto porque o caso Puza foi integrado no estudo quando um dos principais agentes económicos de Zitundo e proprietário da única barraca de Puza relatou-nos o caso e surge a necessidade de viver o caso "in loco".

Contudo, foi possível dialogar com algumas pessoas na fronteira que estavam fazendo seus negócios, e entrevistar uma senhora "Zulo", esposa dum senhor que tem cerca de duzentas cabeças de gado bovino na comunidade. Ela disse: "*nós não fizemos escola aqui porque a qualidade do ensino sul africano é melhor que o nosso, e que se repararam não tem muitos jovens aqui porque estão para além da fronteira*". Acrescentou, "*O chefe local é que é maluco, por que é que aceitou ser chefe da zona com medo de ser feitiçado, se ele não tivesse medo não teria ido a Zitundo queixar ao chefe do posto sobre o caso, mas como vê as pessoas já estão a cortarem caniço porque esta presente polícia e o chefe do posto*".

Já de regresso encontramos o chefe do posto e o polícia que disseram: "*a população não entende qual é a importância duma escola na zona, mas só desta maneira é que esta gente pode trabalhar para construir a escola. Agora estamos de regresso a Zitundo mas basta baixar o nível de água no caniçal voltaremos controlar esta gente*".

### 6.4.3 SUMÁRIO

De todo este drama para a construção da escola pude notar que a população tinha seus motivos para não construir escola tais como:

▫ parece que houve falta duma análise profunda das prioridades da comunidade por parte do projecto, porque segundo um elememto da comunidade, a população não tinha a construção da escola como prioridade. Mas porque sabia que o projecto construía escolas em muitas comunidades, tive que fazer o pedido da escola ao projecto.

▫ a zona por ser tão vizinho da R.S.A a população está habituada a vida sul africana e mandam as crianças as escolas da R.S.A, só a titulo de exemplo pouco se usa a moeda nacional.

▫ as pessoas que podiam fazer a escola estão mais intertidas em extrair sura do que em construir escola

O projecto ao deixar o chefe do posto intervir na construção da escola parece ter cometido um erro, porque a população poderá ter medo de negociar outras actividades com o projecto por ter medo de lhes ser mandado um polícia.



## 7 DISCUSSÃO E ANÁLISE

### 7.1 TIPO E NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

É difícil dizer taxativamente que tipo de participação ocorre dentro do projecto, por este variar consoante as actividades e também entre o desejado pelo projecto e a situação real do campo.

Se compararmos a situação do campo, por exemplo a construção de escola de Puza e a construção da escola de Tsolombane, vimos o quanto o tipo de participação pode variar de local para local, e de actividade para actividade. Se integrarmos a teoria de Biggs (1989), o modo de participação desejado nos documentos do projecto é uma participação colegial, o que aconteceu em Tsolombane na construção da escola é uma participação Colaborativo, e para o caso Puza a identificação das prioridades pode ser chamada participação consultiva, mas na implementação pode se falar de uma intervenção directiva.

E quanto ao tipo de participação que acontece no campo comparado segundo os sete níveis de Pretty (1994), o projecto está numa participação por incentivos materiais, isto é, a população participa porque quer recursos materiais. Se analisar só pela parte da políticas e estratégias do projecto predefinidas pelo projecto o tipo de participação seria interactivo, porque o projecto prevê a participação da população nas análises que conduzem a planos de acção do projecto e na formação de novas instituições locais ou no fortalecimento das já existentes. O projecto ser multidisciplinar criando perspectivas múltiplas e fazer o uso de processo de aprendizagem sistemática e estruturado. O grupo alvo devia levar o controlo sobre as decisões locais e a população mantém as estruturas e praticas .

O projecto leva pouco investe pouco tempo por comunidade o que não permite um bom acompanhamento e um processo de aprendizagem sistemático e estruturado. Por outro lado, o controle das actividades locais não se verifica não

só por culpa do projecto que investe pouco tempo por comunidade, mas também por parte da comunidade, visto que as comunidades foram dadas toda liberdade pelo projecto para tomarem decisões, mas continuam com receio na tomada de decisões por medo de perder o pouco que lhes é oferecido pelo projecto, apesar do projecto não querer alterar a organização, estruturas e praticas locais.

Segundo Okali et al (1994), Nelson e Wright (1995), que fizeram a distinção da participação como meio e participação como fim, este projecto realiza uma participação como meio porque o projecto já definiu os objectivos específicos a atingir antes da intervenção, assim como o objectivo geral (Capacitação das comunidades na gestão dos recursos naturais), só que realiza envolvendo as pessoas das comunidades a participar num projecto projectado por eles, pessoas de fora, para realizar um projecto eficaz e eficiente.

Muitas vezes os objectivos traçados por pessoas de fora não coincidem com as prioridades da comunidade. Por exemplo, em muitas comunidades a este do rio Maputo existe uma noção de gestão dos recursos naturais embora seja uma gestão protegida por tabus. Por issò, esta pode não ser uma prioridade à população por causa da baixa densidade populacional existente na zona.

Contudo, o grande argumento do projecto ao introduzir um projecto de Capacitação da gestão dos recursos naturais é que previa potenciais conflitos com o aumento de investimentos na zona, exemplo do caso Muvucusa e Zitundo. Apesar de existir alguns conflitos na zona, continua a duvida se a capacitação na gestão dos recursos naturais é prioritária ou não.

Um outro aspecto que este projecto tenta aproveitar são os grupos de interesse, tentar fortalecer os grupos já existentes em seu beneficio. Mas a maneira de como trabalha com estes grupos torna este objectivo difícil de concretizar. A titulo de exemplo, o projecto prometeu trabalhar em coordenação com a comissão de terras e gestão dos recursos naturais em Zitundo, e que até esta

altura não se vê quase nada de especial segundo alguns entrevistados, e continuam a dizer "os chefes é que sabem". O projecto esta a trabalhar com este grupo criado pelas estruturas governamentais para responder as necessidades da própria comunidade. Então, o projecto está a trabalhar com um grupo de serviço, o que muitas vezes não é sustentável.

## 7.2 BENEFÍCIOS DO USO DA ABORDAGEM PARTICIPATIVA

Os benefícios identificados no projecto foram:

- *Dá poder as comunidades marginalizadas e grupos, encorajando-lhes a analisar as condições locais, confidenciando-lhes o acerto das suas prioridades para posteriormente poderem levar acções, citando um exemplo de Tsolombane onde antes do "DRP" do projecto não havia nenhuma infra-estrutura socio-economica, mas como já viram alguns benefícios pela colaboração das intervenções, eles tentam colaborar o mais simples possível e começam a analisar seus próprios problemas. Como tal, o adjunto secretário de Tsolombane disse "as pessoas sempre gostaram de ter tudo ao mesmo tempo, esquecem que antes de vir a "Helvetas" para aqui não passava nenhum carro e ninguém queria pisar aqui. Mas agora acredito que haverão mais pessoas por nos ajudar se nós colaboraremos com eles".*
- *As comunidades já identificam prioridades locais para pesquisa e iniciativas de pesquisa participatória com cientistas, valorizando mais os conhecimentos locais e reconhecem que são capazes de definirem, conduzirem e envolverem suas próprias experiências. Como exemplo, o projecto procura saber junto da comunidade os frutos comestíveis e plantas medicinais em nomes locais. Em Tsolombane, um senhor que acompanhava-me pelo caminho ia dizendo o nome das plantas e sua utilidade e por fim disse: "meu filho você deve conhecer estas plantas porque são muito importantes e os teus professores podem querer conhecer, eu sei que o que nós dispersamos para vocês da cidade é muito importante porque precisam de usar para muitos fins mas não conhecem".*

- Encoraja mudanças organizacionais com reorientação do governo, “staff universitário”, ONG’s e treina a cultura de abertura para aprender deixando de lado o processo “top-down”. A título de exemplo, a população de Tsolombane e Zitundo que vão se abrindo ao dialogo com pessoas de fora em relação aos usos e costumes da zona e também tem a coragem de perguntar certas coisas que lhe criam curiosidade.
  
- Assiste as mudanças políticas junto com organizações e governo cria mais ênfase na discussão e planificação a nível do campo. Como exemplo, a equipa do projecto foi perguntada por alguns membros da comunidade por que as eleições municipais não são feitas no distrito, e depois foi esclarecida a duvida.

### **7.3 PROBLEMAS ENCONTRADOS**

A análise dos problemas encontrados na implementação da abordagem participativa será baseada em duas vertentes, sobre os princípios concebidos por Guijt. & Cornwall, (1995) ao tentarem definir este processo e sobre algumas precauções importantes do PRA identificadas por Cornwall & Guijt, (1995).

#### **7.3.1 SOBRE OS PRINCÍPIOS CONCEBIDOS**

Guijt. & Cornwall, (1995) encontrou os seguintes princípios do PRA: ser flexível; trabalhar com comunidades no processo de análise, planificação e definição das prioridades, implementação, monitoria e avaliação; pessoas de fora como facilitadores e população como executora; tentar perceber a complexibilidade das comunidades, tornar o projecto sustentável.

▫ ser flexível

Por enquanto não se verifica grande flexibilidade por parte do projecto, por este se encontrar a trabalhar em (18) comunidades e com poucas equipas de intervenção. Isso faz com que o projecto demore a voltar à mesma comunidade, daí torna-se difícil realizar um processo flexível. Por exemplo, o projecto pode pensar em alterar os objectivos e adaptá-los a realidade da comunidade, mas como leva muito tempo para voltar a comunidade as prioridades definidas anteriormente pela comunidade poderão ter alterado. Então os objectivos adaptados poderão tornarem-se inválidos.

▫ trabalhar com comunidade/grupos no processo de análise, planificação, definição das prioridades e acção.

O projecto trabalha com as comunidades no processo, mas apesar de analisar, planificar, definir prioridades juntos, há limitações na implementação das actividades porque o projecto está sendo implementado com um objectivo geral e objectivos específicos já definidos.

Há coisas que são achadas prioritárias pela população, ainda mais de baixos custos, exemplo das colmeias em Tsolombane, e que não podem ser satisfeitas pelo projecto porque não estão definidos nos seus objectivos. Por outro lado, há aspectos que o projecto acha de prioritários mas que para a população não são, exemplo dos poços em Tsolombane e a escola em Puza. A população aceita porque é oferta.

▫ população como pessoas integrantes no processo e pessoas de fora como facilitadores.

É muito cedo para avaliar este princípio porque o projecto é de cinco anos e ainda não tem dois anos a ser implementado.

▫ ter monitoria, treinamento e retroalimentação.

O grupo alvo não tem beneficiado tanto da monitoria e treinamento. Até então, o projecto tem dado mais atenção ao treinamento e assistência aos facilitadores (inquiridores) e outro pessoal técnico. A retroalimentação frequente no projecto é a reposição de dados do DRP e daí para diante depende da "sorte da comunidade" isto é, varia de comunidade para comunidade. Nas comunidades onde há pouca retroalimentação quando se volta a população poderá ter esquecido dos problemas discutidos com o projecto anteriormente e ter um outro tipo de problemas diferente dos já discutidos.

▫ tentar perceber a complexidade dos contextos sócio políticos.

O tempo que o projecto leva a realizar o DRP nas comunidades parece não ser suficiente para perceber os contextos sócio políticos, com o agravante de que a política definida pelo projecto nas suas intervenções não permite o processo de aprendizagem sistemática, por exemplo, o caso Puza na construção da escola e o caso Tsolombane na construção de poços.

▫ tornar o projecto sustentável e minimizar os riscos que poderão surgir se fosse uma interacção do tipo "top-down".

É realmente uma verdade que o projecto envolve a população nas suas actividades e que a maioria das coisas feitas nas comunidades são feitas pela própria população, o exemplo de escolas. A definição dos objectivos gerais foi feito sem consultas às comunidades e a população parece que participa nas actividades porque espera incentivos materiais. Findo o período do projecto, como não foram as comunidades a definirem os objectivos parece que não será sustentável apesar de ser um processo diferente com o "top-down".

### 7.3.2 SOBRE AS PRECAUÇÕES IMPORTANTES DO PRA

Na presente tabela vai-se comparar as teorias de Guijt & Cornwall(1995) com a realidade encontrada em Matutine no Processo da implementação do projecto

Teoria ( Guijt & Cornwall, 1995)	observações de Matutine
Assumir que usando métodos participativos e/ou outras aproximações por si só trazem mudanças positivas	Por vezes verifica-se, Porque o projecto não tem muita criatividade só se fixa nos DRP's, o exemplo da comunidade de Muvucusa que é importante a intervenção do projecto mais demora intervir por querer usar DRP.
Ênfase na extracção de informação usando PRA com rotulo	Não se verifica, porque da informação "extraída" pelo projecto quase a maior parte dela é usada mas o problema está mais na fraca integração do PRA para estudar o complexo dos problemas das comunidades.
Assumir que toda comunidade tem os mesmos interesses	Em alguns casos verifica-se, por exemplo, o caso Puza que o projecto considerou que toda comunidade precisava da escola, e do caso Muvucusa que a equipa do projecto não voltou mais porque algumas pessoas da comunidade não precisavam da intervenção do projecto enquanto que outras precisavam.
Falta duma análise profunda que reflecte a realidade da comunidade	em alguns casos verifica-se, por exemplo do caso Tsolombane na construção dos poços.
Considerar PRA como instrumento de intervenção único, não como um processo	verifica-se porque há pouca alteração dos objectivos do projecto consoante a reacção da população depois do DRP e reposição de dados
Uma pobre integração do PRA na planificação e implementação do projecto	O projecto no início na sua primeira intervenção levou sete dias, depois reduziu esse tempo para cinco dias e nalgumas para três dias, porque parece que consideram dominar o modo de extrair informação esquecendo-se que os problemas variam de comunidade para comunidade.
Necessidade de clareza sobre as razões do uso do PRA	Este não é problema para o projecto porque o projecto tem seus argumentos para usar a participação. (vide 5.3)
Sustentabilidade de agendas conduzidas e copiadas por pessoas de fora.	ainda é cedo para avaliar

Resumindo os problemas encontrados por Guijt & Cornwall (1995), não podem ser aplicados taxativamente para o projecto porque também variam de actividade para actividade e de local para local. Mas também é importante realçar que o desenho de um projecto de desenvolvimento baseado nas comunidades não é uma arquitectura que pode ser cumprida na integra devido aos desvios dos planos traçados tanto por parte do projecto, assim como pela comunidade.

### 7.3.3 OUTROS PROBLEMAS ENCONTRADOS

#### **a) expectativas**

Se o projecto vinha realizando outras actividades na região sem ter tido realizado um DRP, por motivos de emergência, e mais tarde vier realizar outras actividades para mudar os seus objectivos e estratégias de intervenção, as comunidades limitar-se-ão a fazer pedidos de géneros ou apoio do que o projecto vinha fazendo e doando anteriormente, isto é, na fase de emergência. Como exemplo, há que mencionar o caso de Zitundo onde um outro projecto de Helvetas Moçambique actuou na altura de emergência.

#### **b) relação entre os membros da comunidade**

A realização dum projecto comunitário para que este se torne participativo, parece que não só depende das habilidades e capacidades do projecto, mas sim, do grau de homogeneidade existente dentro do grupo alvo. Quando o jogo de interesses converge dentro do grupo alvo haverá certas facilidades em tornar um projecto comunitário mais participativo. A título de exemplo, a população de Tsolombane que apesar das diferenças étnicas existentes no seio da comunidade, eles convergem nas suas principais necessidades, e a maior parte deles sabe qual é o seu papel que desempenha na comunidade e quais são as suas obrigações.



Caso contrário, como Zitundo, onde a heterogeneidade começa desde os interesses políticos até económicos, torna-se muito difícil incrementar um projecto comunitário de modo a se tornar participativo.

#### **c) Modo de se expressar dos inquiridores**

Um outro aspecto que foi possível verificar é que os inquiridores do projecto para ganharem credibilidade na comunidade começam a fazer propaganda das actividades que o projecto tem capacidades de fazer ou vem fazendo em outros locais. Então, a população entende como uma ajuda nesse aspecto que o projecto pretende dar. Por exemplo, quando os inquiridores dizem a população que "*nós somos daquele projecto que ajudou a reabilitar a escola em Zitundo*", a população entende que o projecto quer fazer escola na zona.

#### **d) Capacitação**

O que está se verificando é que o projecto dá muitas ideias sobre a participação da comunidade em varias actividades, sem ter que dar bases suficientes ou mínimas para participar. Por exemplo, dizer para fazer poços sem ensinar.

Em suma, parece que a população tem noção dos objectivos da participação, suas vantagens, mas não sabe como participar e até que ponto ela deve intervir e é capaz de resolver seus problemas; por estar acostumada ao modo de como eram tomadas as decisões no tempo colonial e depois da independência. Então, ela fica sem saber reagir ao modo de tomada de decisão participativo, citando um membro da comunidade de Zitundo ele considera ter uma receita na mão sem ingredientes e também sem saber onde é que pode adquirir os ingredientes.

Então, torna-se difícil dizer qual é o impacto da participação, porque por enquanto a população só está participando nas actividades e reuniões mas ela não esta sendo capacitada para fazer por si só as actividades pretendidas dados os objectivos do projecto.

#### **e) relacionamento dentro da equipa dos "facilitadores"**

As discussões entre os facilitadores durante a estadia no campo podem invalidar um DRP porque a população se aperceber pode julgar a equipa de incapaz de concretizar os "sonhos" da comunidade por estes não se entenderem entre eles. Por exemplo, durante a permanência na comunidade Zitundo haviam umas discussões prolongadas entre os facilitadores.

#### **f) experiências anteriores do pessoal técnico**

O tipo de experiências que um determinado membro da equipa de intervenção tem numa determinada zona influencia muito na reacção da população à intervenção. Por exemplo, numa intervenção realizada em Muvucusa, não fomos aceites pela comunidade porque aparentemente um dos membros que constituía a equipa já tinha realizado trabalhos no mesmo local com outras instituições sem serem vistos os benefícios das intervenções pela comunidade.

#### **g) conflito entre poderes( tradicional e administrativo)**

Os conflitos entre os poder tradicional e pode administrativo podem fracassar a implementação de um projecto participativo devido a divergência de pensamentos entre os líderes, e o projecto não poder saber a quem ouvir para implementar as suas actividades numa determinada zona. Exemplo de Muvukusa onde o poder tradicional aceita a intervenção do projecto mas não pode fazer nada porque o poder estabelecido pelo governo é que tem mais poder, segundo as palavras do chefe tradicional.

## 8 CONCLUSÕES

Com base na teoria e dos dados encontrados no campo chegou-se as seguintes conclusões .

1 - Cada comunidade têm seus problemas específicos, por isso, a filosofia, os objectivos, as actividades e a organização de um projecto participativo não devem ser consideradas fixas para todas áreas de intervenção.

2 - É difícil dizer taxativamente que tipo de participação ocorre realmente na pratica, porque num mesmo projecto em comunidades diferentes e actividades iguais o modo de implementação dessa actividade pode ser diferente, por exemplo, a construção da escola de Puza que foi um processo directivo e de Tsolombane um processo colaborativo.

3 - O projecto ainda continua a assumir o DRP como o seu principal método de intervenção capaz de definir e responder melhor as prioridades das comunidades.

4- O projecto não tem quase nenhum papel na formação dos grupos porque estes geralmente são formados pela própria comunidade na realização dum certo tipo de trabalho, ou por uma certa necessidade.

5- A participação serve a todos intervenientes geralmente no processo do diagnostico dos problemas. Mas porque há problemas definidos pelo projecto que não são prioritários para a comunidade, e também há problemas da comunidade que não são prioritários para o projecto, cada parceiro (comunidade/projecto) implementa as actividades que as acha de prioritárias, limitando desse modo a participação.

6- O projecto dá grande peso às comunidades na tomada de decisões, mas porque alguns membros das comunidades esperam ver resultados a curto prazo consideram-se sem nenhum peso.

7- O tipo de DRP realizado pelo projecto não é suficiente para a definição das prioridades, porque o tempo que o projecto leva dentro duma comunidade não é suficiente para estudar a complexibilidade sócio-político da zona.

- 8- Alguns membros das comunidades considera uma boa maneira de como estão a trabalhar com o projecto, mas o receio de perder o pouco que o projecto lhes dá e não saber o que está por de trás da boa vontade do projecto, fazendo com que estes estejam limitados a sua participação.
- 9- Quando a população têm má experiência com intervenções anteriores por não ter visto os benefícios, dificilmente aceita as novas intervenções, limitando deste modo a participação.
- 10- Os pontos fortes encontrados na implementação do projecto são:
- Da poder as comunidades marginalizadas e grupos, encorajando-lhes a analisar as suas condições locais, confidenciando-lhes o acerto das suas prioridades para posteriormente poderem levar acções.
  - Valoriza os conhecimentos locais, e incentiva a população a identificar áreas prioritárias para pesquisa.
  - Treina a cultura de abertura da população para poderem negociarem com intervenientes na comunidade,
  - Transmitem mensagens em línguas locais.
- 12- Os pontos fracos encontrados na implementação do projecto são:
- Pouca flexibilidade em relação a mudança de objectivos e ajustamento das actividades;
  - Fraca comunicação ou troca de mensagens entre os intervenientes;
  - Pouco treinamento das comunidades em relação ao objectivo principal do projecto;
  - Expectativas da população em querer receber sempre bens materiais;
  - O mau relacionamento entre os membros da comunidade;
  - O modo de expressar-se dos inquiridores, que gera expectativas em alguns membros da comunidade;
  - As intervenções sem benefícios directos para a população prejudicam as intervenções futuras a serem feitas na zona, porque a população sente-se cansada em dar informação sem ver os resultados.
  - Um DRP com cerca de cinco dias não é suficiente para a definição das prioridades da comunidade, porque a participação é um processo.

## **9 RECOMENDAÇÕES**

Com base nos resultados, análises e conclusões são feitas as seguintes recomendações:

### **9.1 Projecto CCGRN**

- O projecto tem de fazer um estudo contínuo da complexibilidade das comunidades.
- O projecto tem de fazer uma monitoria constante em relação as suas actividades, o que reduziria o tempo que se leva para voltar a uma comunidade.
- Cada comunidade têm seus problemas específicos, por isso, O projecto devia tentar tornar os seus objectivos e acções mais flexíveis de modo a satisfazer as prioridades pontuais de cada comunidade no referente a gestão dos recursos naturais.
- O projecto tem de aumentar as equipas dos facilitadores, ou reduzir o número de comunidades que trabalha com elas.
- O projecto devia arranjar um outro método adequado para intervir em Muvucusa porque em relação as outras comunidades parece que é uma das precisa mais da intervenção do projecto.

### **9.2 ACTORES E PRATICANTES DO DRP**

- Devem ter em conta que não existe uma receita fixa para o projecto ser participativo, por isso, devem ter muito cuidado para fixarem num único modelo de participação.
- Ao pensarem numa implementação dum projecto participativo tem de ter em conta o número dos beneficiários, dispersão entre eles e o número dos facilitadores.
- Há uma necessidade de se tomar atenção no tipo de grupos a trabalhar com eles e tentar torna-los mais autónomos.

## BIBLIOGRAFIA.

Biggs, Stephen D. , 1989; Resource-Poor Farmer Participation in Research: A Synthesis of Experiences From Nine National Agricultural Research Systems; OFCOR-Comperative Study Paper N°3; ISNAR, The Hague, Netherlands.

Chambers, robert, 1995, desenvolvimento rural, Fazer dos últimos os primeiros, ADRA, Luanda; Angola

Guijt. I & Cornwall A. 1995, critical relections on the practice of PRA in: PLA Notes, Notes on participatory Learning and Actio, (Formerly RRA Notes), No 24, Critical reflections from Practice, sustetaitanable Agriculture Programe, London.

Helvetas Moçambique, Fevereiro de 1998, uma proposta de um projecto de cinco anos; Maputo.

Nelson, N. & Writght, S. (eds) ,1995, Power and Participatoy Development, Theory and Practice. IT Publications, London.

Nhatumbo I.& Pijenburg, B., outubro de1998, Experiência de Projectos participativos em Moçambique,FAEF, Maputo.

Pijenburg, B., 1998, Limits to Farmer Participation in: AgREN/ODI Agricultural Reseach and Extension Network Newsletter No.37;ODI, London.

Pretty,J.I.; Guijt, I.; Scoones and Thompson, J. 1994, A Trainers Guide For Participatory Learning and Action, IIED Participatory Methodology Series, Sustainable Agriculture Programe IIED, London.

## **ANEXOS**

**1 opiniões e questões de tese**

**2 mapa da área do projecto**

**3 quadro institucional**

## 1 OPINIÃO E QUESTÕES DE TESE

Este presente capítulo no anexo, trata-se duma mera opinião pessoal do autor em relação a implementação do projecto. Também serão levantadas algumas questões sem respostas as quais são consideradas questões de tese.

### a) sustentabilidade e beneficiários

O projecto em estudo parece estar mais interessado pelas acções realizadas na comunidade do que com a qualidade e sustentabilidade das actividades, dado sobre o processo de construção de poços a mulher do falecido líder tradicional e o adjunto do secretário em Tsolombane dizem ter dito à alguns membros que não poderiam construir poços porque o cimento era pouco e não cabia para a quantidade de poços desejados na comunidade, tendo esse membro dado como resposta, "*construam o número de poços que conseguirem para quando passarem pessoas de auditoria do projecto verem que Tsolombane tem poços*", e que de preferência deveria ser perto da futura escola, porque todos visitantes passarão a hospedarem em casa do professor, aproveitando dessa água dos poços.

Perante estas citações, interrogo-me se o projecto pretende fazer poços em benefício da comunidade ou quer fazer poços para se dizer que Tsolombane já tem poços? como é que alguém pode fazer algo sabendo que não tem benefícios directos?

### b) conhecimento dos objectivos gerais do projecto pela população ou aderência pelos incentivos.

Segundo as entrevistas e opiniões sobre o que projecto CCGRN faz, parece que o grande fluxo verificado no dia do DRP em zitundo é porque o grupo alvo tinha expectativas de receber algo do projecto. Porque das entrevistas feitas a população tinha uma canção " Helvetas munene, ai buisselile tibhomo, tibeu, tibuti ni tihoku, a dlala ai wakela scola ni xi xibedlela" o que dizer que a Helvetas